Antonio Hélio Junqueira *
Marcia da Silva Peetz **

2014: Ano internacional da agricultura familiar

Visando dar maior visibilidade ao papel dos pequenos agricultores e à agricultura familiar em todo o mundo, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) instituiu para 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Estima-se que em nível mundial, a produção camponesa responda por cerca de 80% das colheitas de alimentos, no que contribui decisivamente para a construção da segurança alimentar e nutricional de populações de todos os habitats e continentes. Além disso, colabora para a criação, manutenção, crescimento e desenvolvimento endógeno e sustentável das economias regionais, especialmente naqueles segmentos de subsistência, e para a gestão e proteção dos recursos naturais e do meio ambiente.

A importância principal da consagração desse ano à agricultura familiar reside no reposicionamento desse segmento no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais de todos os países – mas especialmente naqueles do Hemisfério Sul – na busca da promoção de novos padrões de desenvolvimento, mais justos e equitativos do ponto de vista social e mais equilibrados do ponto de vista ambiental. Para tanto, uma série de debates, publicações e eventos buscarão, ao longo de todo o ano, discutir e aumentar o nível de conscientização e de conhecimento sobre as potencialidades, peculiaridades, fortalezas, fraquezas e desafios que os pequenos agricultores e suas famílias enfrentam no dia a dia, na perspectiva de identificar e implementar ações e políticas de apoio a esses fundamentais agentes da organização social e produtiva do campo.

A definição da agricultura familiar ocupa economistas, sociólogos, antropólogos, engenheiros agrônomos e outros profissionais que atuam no meio rural há muitas décadas, refletindo, ao longo do tempo, diferentes tensões e posicionamentos.

Atualmente, considera-se que a agricultura familiar é aquela que inclui toda e qualquer natureza de atividade agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola quando organizada, conduzida e gerenciada familiarmente e que apresenta dependência predominante – mas não exclusiva –do uso da mão-de-obra também familiar, uma vez que a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, considera a possibilidade do trabalho contratado no âmbito da agricultura familiar, sem que este fato venha a descaracterizá-la sob qualquer ponto de vista ou para qualquer fim.

Sabe-se que, em todo o mundo, a agricultura familiar possui papel preponderante na produção e abastecimento de alimentos básicos – sua principal vocação –, além de outros produtos. Entre outras importantes vantagens devem ser ainda citadas: a) a viabilização da manutenção de populações no campo, ainda que em áreas exíguas de terra; c) a forte geração de emprego, ocupação e renda no meio rural especialmente para as mulheres; d) a preservação de sementes, espécies e alimentos tradicionais e e) a proteção e o uso equilibrado dos recursos naturais e do meio ambiente.

Segundo os resultados do estudo "O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar", realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Brasil, a agricultura familiar responde por pouco mais de 84 % dos cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos rurais existentes e pela ocupação de 74,5% das 16,5 milhões de pessoas que vivem do trabalho no campo. Respondendo por 38% do valor bruto da produção agrícola brasileira, o trabalho da agricultura familiar gera 87% de toda a produção nacional de mandioca, 70% da do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite e 50% das aves, entre outros alimentos da cesta básica alimentar.

Além disso, os estabelecimentos familiares brasileiros detêm importante participação nas receitas geradas pela comercialização de húmus (64%), produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem (57%), produtos da agroindústria (49%), prestação de serviços (47%) e comércio de animais (43%).Observa-se que, apesar de ocuparem apenas 24% do total da área agrícola cultivada, os estabelecimentos familiares são importantes absorvedores de mão de obra, comportando, em média, o trabalho de 15 pessoas a cada 100 hectares cultivados, quantidade nove vezes superior ao da agricultura empresarial, ou não familiar.

Agregam, no seu universo, tantos os agricultores que produzem para o mercado, trabalhando por conta própria e contando ou não com a ajuda de trabalhadores assalariados, quanto aqueles que apenas produzem para a sua subsistência e a de sua família.

A despeito da sua forte importância econômica relativa no meio rural, a agricultura familiar apresenta-se frágil e dependente da proteção de políticas públicas, situação essa que decorre de alguns fatores importantes, entre os quais cabem destacar: a) pequenas dimensões individuais de área e de volumes de produção; b) baixos índices de adesão e de desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo; c) altos níveis de dependência da atuação de intermediários na comercialização de seus produtos, que fragiliza sua inserção nas relações de mercado; d) baixo nível de agregação de valor à produção; e) alta suscetibilidade e vulnerabilidade social devido à informalidade da atividade, sazonalidade e inconstância da renda, não inclusão sócio-produtiva dos jovens, entre outros também importantes fatores.

No segmento da horticultura – produção econômica de frutas, verduras, legumes, flores e plantas ornamentais – a presença e atuação da agricultura familiar é decisivamente marcante, garantindo não apenas o abastecimento do mercado ao longo de todo o ano, mas também a sobrevivência dos cinturões verdes e da pequena e média propriedades rurais no entorno dos grandes aglomerados urbanos, retendo importantes contingentes populacionais no meio rural.

A ela, portanto, devemos canalizar todo nosso respeito e apoio, lutando para que o ano de 2014 venha a efetivamente representar a conquista da posição central nas políticas econômicas e sociais que ela mais do que merecer, necessita!

* Engenheiro agrônomo, doutorando em Ciências da Comunicação (ECA/USP), mestre em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM), pós-graduado em Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano (FAO/PNUD/CEPAL/IPARDES), sócio administrador da Hórtica Consultoria e Treinamento.

** Economista, pós-graduada em Comercialização Agrícola e Abastecimento Alimentar Urbano, sócia-administradora da Hórtica Consultoria e Treinamento.